



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



AVALIAÇÃO DISCURSIVA DO NOVO ENEM: a prática do poder e o poder da prática

Joana D’Arc Ferreira de Macêdo (UNEAL)[i]

Eliane Maria Nogueira Diógenes (UFAL)[ii]

Jane Marinho da Silva(UFAL)[iii]

1-Educação e Políticas públicas

RESUMO

As políticas públicas inscrevem-se em dois níveis diferentes de manifestação social. O primeiro está mais diretamente ligado ao Estado e suas formas de intervenção na realidade de uma dada sociedade; o segundo compreende um amplo espaço de fronteira epistemológica que tenta através da investigação científica compreender e analisar ações promovidas pelo braço forte do Estado. Com este artigo, inserimo-nos em uma discussão sobre as políticas públicas. Destacamos que há entre as políticas sociais e a política educacional uma forte interseção, assim enfatizamos as concepções e abordagens. Abrangemos ainda a forma como a sociedade entende as políticas públicas regulatórias através do discurso do governo, o modo como elas são apreendidas por essa mesma sociedade e como esses programas públicos agem nesse contexto social para o controle dos processos políticos, econômicos, educacionais e sociais.

Palavras-chave: Política Educacional. Neoliberalismo. Capitalismo.

RESUMEN

Las políticas públicas se inscriben en dos niveles distintos de manifestación social. El primero está más directamente conectado al Estado y sus formas de intervenciones en la realidad de una determinada sociedad; el segundo comprende un amplio espacio de frontera epistemológica que intenta a través de la investigación científica comprender y analizar acciones promovidas por el brazo fuerte del Estado. Con este artículo, nos inserimos en una discusión sobre las políticas públicas. Destacamos que hay entre las políticas sociales y la política educacional una fuerte intersección, así enfatizamos las concepciones y abordajes. Abarcamos aún la forma como la sociedad entiende las políticas públicas regulatorias por el medio del discurso del gobierno, el modo como ellas son apreendidas por esa misma sociedad y como esos programas públicos actúan en ese contexto social para el control de los procesos políticos, económicos, educacionales y sociales.

Palabras-clave: Política Educacional. Neoliberalismo. Capitalismo.

Introdução

Este artigo é iniciado pela abordagem sobre os debates dos programas de renda mínima que foram priorizados no contexto político de vários países a partir das décadas de 1980 a 1990 e como esses programas favoreceram para o controle dos processos políticos, econômicos, educacionais e sociais. A organização sobre as redefinições do Estado de Bem Estar Social e as suas políticas universalizantes que partem dos chamados países centrais, aqueles que detêm o comando das organizações capitalistas, que surgiram com mais intensidade após o aparecimento da chamada nova pobreza e que com essa estrutura de comando, desse modo a precarização das relações de trabalho é gerada, o aumento do desemprego e a regulação da pobreza. Com essa sistemática percebemos que se trata de um processo para regulamentação da sociedade nos padrões apropriados aos interesses do capital.

Baseado na nossa realidade brasileira, os programas sociais de auxílio de renda foram dirigidos às populações extremamente pobres ou miseráveis e ao mesmo tempo atrelados à educação.

Ferreira assegura que

Uma análise geral dos programas e projetos implantados no período nos revela a preocupação do governo em diminuir o chamado "custo Brasil", privatizando empresas estatais e regulando os serviços sociais de forma que passaram a focalizar uma parte da população "em risco social" e, no caso da educação o critério foi o cumprimento da formação básica para a população de 7 a 14 anos (entendida como domínio da leitura, escrita e primeiros números) como necessidade para uma colocação no mercado de trabalho. (FERREIRA, 2009, p. 256 – 257).

Esse processo de agregação da falta de poder aquisitivo à educação é relevante, pois, é nítido o interesse dos órgãos internacionais que comungam com o capital, como articular e programar a educação nos países periféricos, principalmente aquela que é voltada à formação do trabalhador, com essa estratégia, indica uma intencionalidade para a obtenção do controle social dessa população, formando indivíduos reprodutores da ideologia dominante, acríticos e apenas voltados para o mercado de trabalho. Desse modo e com indignação, percebemos apenas a necessidade de um certificado para a comprovação da escolaridade exigida pelo sistema e não a formação de indivíduos críticos, emancipados.

A grande parte da sociedade sem propriedades se vê obrigada a absorver em ideia que a única forma de vida digna é obtida através do trabalho. Troca a sua força de trabalho pela mínima recompensa que lhe é oferecida e com isso, cada vez mais, enriquecendo a outra pequena parte da sociedade apropriada de bens materiais e apropriadora dos menos favorecidos.

A democratização da educação no final da década de 1970 e início dos anos 1980, a educação para todos, a expansão da escolaridade aos cidadãos brasileiros, a expansão de quatro anos para oito anos de escolarização. Os anos são estendidos, mas a qualidade é recuada, aumentam a evasão e a reprovação, resultantes da precarização do ensino. Também é constatável que a escola oferece o que o mercado requisita. Muito se observa deste exemplo na conclusão do ensino médio, para o indivíduo que necessita garantir a sua sobrevivência básica, essa inserção no mercado de trabalho é imediata, ou seja, o seu imperativo é sobreviver e não estudar (*primum vivere deinde filosofare*). Para o sistema capitalista essa

operação é ideal, o menor tempo de escolarização, mas com certificação e em consequência a obtenção de força de trabalho mais barata, pois foi investido menor custo financeiro e menor tempo à formação desse indivíduo, o sujeito se ajusta aos imperativos do capital sem reclamar as suas condições precárias de trabalho e ao mesmo tempo se obtém um trabalhador "eficiente", adequado para se sujeitar a sua sofrida rotina de trabalho.

No Brasil a política social é submetida à política econômica que visa prioritariamente o alívio à pobreza, na qual o governo é quem estabelece essa faixa de pobreza. No governo de Fernando Henrique Cardoso o papel histórico do Estado de provedor das políticas sociais passou a ser de indutor e articulador. A distribuição de renda foi priorizada e não a abertura de novos empregos. São muito mais vantajosas para a classe empresarial e o governo essas táticas, pois ao oferecer emprego formal, o empresariado se oneraria com os tributos e ao oferecer dinheiro, o Estado participa com uma parte da parcela da contribuição e a outra parte é complementada pelas instituições internacionais que têm interesse financeiro nesse processo. Com o emprego formal, o Estado se compromete muito mais financeiramente, apesar de receber os impostos da rede privada, no futuro oneraria à Previdência Social com as mínimas aposentadorias. Além do mais, a distribuição de renda e não a abertura de novos empregos, estas duas estratégias, geram mais um artifício, que seria a conservação desses necessitados das políticas sociais ao "cabresto" do governo, este dita os aplicáveis direitos sociais da sociedade que é submetida a essa condição.

Draibe (1997) apud Oliveira e Duarte (2005), as duas últimas autoras intitularam de "Receituário das mudanças na área social" uma ideia clara e categórica que expõe um diagnóstico das reformas das políticas sociais e dos programas sociais em sete países da América Latina, elucida o que é necessário para que essa transformação ocorra: 1) ajustes fiscais que facilitaríamos os ajustes macroeconômicos que trazem o empobrecimento da população, recessão sobre o emprego, renda e redução dos serviços sociais; 2) pobres e vulneráveis são alvos estratégicos da reforma social; 3) programas de caráter produtivo, investimento em capital humano.

Ocorreram aparentes tentativas de avanço para o setor educacional e também as frustrações obtidas por esse setor. O Partido dos Trabalhadores (PT) propôs esse aparente avanço como proposta política eleitoral e depois ocorreu a rejeição da mesma, dando continuidade às políticas do seu governo antecessor.

Verificamos de modo incontestável os estratagemas elaborados para que os opressores consigam firmar a total regulação da pobreza. Essa parte da população sempre necessitada se torna dependente dessas miseráveis ajudas sociais, um ciclo estratégico para a ampliação e manutenção desse programa. Salientando que com esse mecanismo atual é muito fácil se tornar membro desse clube da servidão do sistema capitalista.

2 Reflexões sobre o papel do Estado

São os homens os elaboradores de suas ideias, seus modos de produção material, desenvolvendo suas atividades conforme suas limitações sociais, educacionais, financeiras e também conforme as limitações que a esses homens são impostas pelo sistema capitalista, independente de sua vontade, consecutivamente, a partir desses indivíduos determinados, nascem à estrutura social e o Estado. Marx afirma que "o Estado encontra a sua razão última de ser, a sua essência, na sociedade civil e expressa essa razão de ser. E que, nesse sentido, nenhuma inversão é possível" (MARX, 2010, p.21). Não é a consciência que determina a vida, porém a vida é que determina a consciência, daí a linguagem contamina a consciência e o grau de consciência é o grau social.

Por um contrato social o Estado burguês foi instituído para conciliar os interesses coletivos da sociedade, ele ordena a sociedade civil, embora permaneça a contradição entre o público e o privado e entre os interesses coletivos e particulares. O Estado se vê impotente em administrar essas contradições sociais

(males sociais), visto que ele próprio também é reproduzidor dessas relações sociais contraditórias, quando são diagnosticados os problemas sociais, estes são atribuídos às *leis naturais*, e como o Estado não incide sobre os motivos fundamentais dos problemas sociais, ele volta a afirmar que não será possível resolver tais problemas.

Frigotto afirma que

[...] o Estado, em vez de alargar o fundo público na perspectiva do atendimento a políticas públicas de caráter universal, fragmenta as ações em políticas focais que amenizam os efeitos sem alterar substancialmente as suas determinações. E, dentro dessa lógica, é dada ênfase aos processos de avaliação de resultados balizados pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil, [...] (FRIGOTTO, 2010, p. 13).

Observamos a falta de condição em diagnosticar tais problemas sociais. Há um intento em aperfeiçoar o Estado através de teorias políticas elaborando políticas sociais e programas sociais, com isso, os partidos tentam construir um Estado em outro Estado (poder). A emancipação política é buscada, tentando um engajamento junto ao Estado na tentativa de aproximação do poder, segundo Marx (2010), esta ação é o verdadeiro significado da revolução burguesa, enquanto que não se aprofundam na emancipação humana que seria de fato alterar a raiz da sociedade civil, citando Marx "A essência humana é a verdadeira comunidade humana" (MARX, 2010, p.27-28). Voltando ao que foi dito anteriormente, o Estado deve procurar e reconhecer a essência dos verdadeiros problemas sociais e não camuflá-los com medidas paliativas.

Percebemos que há uma dificuldade do Estado em se libertar das amarras do passado e se atualizar de fato na sua conjuntura política, com esse fato expomos um resumo da ideia de Coutinho no livro *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo (2006)* que evidencia três exemplares que ajudam a refletir sobre o processo de transição para a modernidade que o Brasil vivenciou a experiência. Ele cita dois marxistas, Lenin e Gramsci relatando uma forma de trajetória ao capitalismo e não se desassociando dos subsídios antigos. E por último Coutinho relata que o sociólogo norte-americano Barrington Moore Jr. faz uma analogia a essas concepções dos dois críticos do capitalismo mencionados anteriormente. Observamos na citação a seguir

[...] entre outras, a conservação de várias características da propriedade fundiária pré-capitalista e, conseqüentemente, do poder dos latifundiários, o que resulta do fato de que a 'moderna' burguesia industrial prefere conciliar com o atraso a aliar-se às classes populares. (COUTINHO, 2006, p. 175)

Para fazer referência ao contexto histórico do Estado brasileiro, buscamos uma parença no texto acima que comprova que só conseguimos uma independência aparente e que na realidade estamos presos a um sistema estatal arcaico, herdamos alguns vícios dos colonizadores e reorganizamos os distintos fragmentos das elites dominantes. O povo brasileiro, apesar das peculiaridades regionais, sofreu as imposições governamentais de tais elites e que para esta não havia interesses incomuns e, muito menos, vontade política para uma administração popular, ou seja, voltada para o povo. Esta sociedade dominada só recebia o que lhe era imposto sem direito legal de reivindicar e também o que lhe era atribuído não se encaixava nos padrões e costumes do povo brasileiro. Mais uma vez, a exploração das elites economicamente dominantes na classe popular passiva. Marx e Engels no seu *Manifesto do Partido Comunista* (2008) apud Behring, "eles apontam que a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, as relações de produção e todas as relações sociais" (BEHRING, 2008, p. 32).

Há um entrelaçamento entre política social e educação como forma de (re) produzir as condições para o

mercado de trabalho, arte, cultura, economia, política, enfim todas as manifestações sociais dependentes intrinsecamente e ontologicamente do conhecimento. Sem isto é impossível uma produção social humana. Corroboramos o raciocínio acima com o pensamento platônico de que a educação deveria ser dada a todos, mas segundo suas almas. Assim, se cada um cumprisse sua função social não haveria caos.

Na última década do século XX observamos o imperativo da implantação de reforma educacional tanto em alguns países da América Latina, na qual o Brasil está presente a esse contexto como em países denominados centrais do comando do capital.

Esse termo "reforma" tem sido empregado com muita evidência a esse contexto da educação, a partir dessa terminologia mencionada anteriormente, apresentamos algumas elucidações sobre a mesma.

A palavra reforma traz a conotação de melhoria, de mudança progressiva, mas no contexto neoliberal "reforma" adquiriu outra acepção. Para melhor esclarecer o uso subjetivo da referida palavra, leia-se a citação a seguir na qual Oliveira alega que

A palavra 'reforma' foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de 'reforma'. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificadamente apresentadas como 'reformas', isto é, como algo progressista em face do 'estatismo', [...]

[...] Desta maneira, estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra 'reforma': o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado, etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle [...] (OLIVEIRA, 2010, p. 35).

A partir do referimento acima, percebemos que um logro ideológico tem conseguido êxito nas acepções para com a sociedade. Constatamos que nesse período neoliberal não foi percebido a possibilidade de garantia dos direitos sociais e educacionais, ao contrário, não há intenção na humanização, constatamos uma luta incessante para garantir a estabilização e ampliação do neoliberalismo junto ao capitalismo, seus crescimentos sem limites em busca da acumulação de poder e de capital.

Parafraseando Krawczyk e Vieira (2008) sobre a necessidade da implantação das reformas educacionais, na qual elas só aparecem em uma precisão iminente de crise (interior ou exterior) do sistema educacional e incorporam-se a outros procedimentos ampliados de mudanças política, econômica e social.

Há uma intenção velada no discurso do governo na concepção das políticas sociais, das políticas educacionais, enfim, na concepção das políticas públicas. Esse processo é desvelado na geração dessas políticas, quando se verifica uma lógica que remete ao método cartesiano como Krawczyk menciona "normativo-dedutiva", no qual se observa que há uma dicotomia na elaboração dessas políticas, quem as cria e quem as executa, a partir daí, entende-se que esses processos são regulatórios advindos do poder central e impostos à sociedade.

Para corroborar com o que foi dito no parágrafo acima, leia-se a citação de Krawczyk e Vieira sobre a reforma educacional

[...] consequência da fetichização da necessidade do conhecimento instrumental
[...]

[...] apresentada à sociedade como estratégia necessária para racionalizar os

investimentos e a gestão pública, e não como a finalidade última do projeto de desenvolvimento neoliberal (KRAWCZYK e VIEIRA, 2008, p. 16).

Retomamos ao período absolutista de governo, no Brasil de 1937 a 1945 e depois de 1968 a 1985 para se ressaltar que as experiências e consequências das ditaduras causaram à sociedade uma fragilidade socioeconômica e política, e que o Estado brasileiro apresentando tal vulnerabilidade é submetido às imposições de modelos internacionais de planos governamentais que também são voltados à educação. Essa lacuna aparece devido à falta de uma estrutura sócio histórica para a implementação de um sistema político nacional independente aos modelos internacionais implantados. Em decorrência a essa carência estrutural da educação, esta não consegue cumprir com sua função básica e como efeito dessas articulações, as desigualdades e a exclusão social são ainda mais aprofundadas.

Resultante a essas transformações da modernização do capital, impostas pelos governos através da regulação que as políticas públicas embutem, o Estado sofre uma transformação em sua essência, ele assume o papel de gerenciador das contradições sociais e com isso as políticas compensatórias são agora mediadoras de grande valor para ater essas desordens sociais. Esse novo modelo de regulação do Estado traz à tona as novas estratégias para a privatização com a intervenção dos órgãos internacionais.

Conclusão

A própria sociedade não tem uma definição clara do que é política social, o próprio modo que esta se apresenta à população não é esclarecedor, há um discurso intencional e contraditório para tal acepção.

Faleiros (1991) em seu livro *O que é política Social* esclarece as condições nas quais as Políticas Sociais são produzidas ao mencionar a relação entre lutas dos trabalhadores, as políticas sociais junto ao Estado e o sistema capitalista.

A relação de exploração, a compulsão econômica, ou seja, o lucro desenfreado e não a produção necessária, a desumanização e por fim, a legalização da pobreza.

A coletividade absorve tais políticas, pois muitas vezes é assim que se dá esse processo, devido aos modelos culturais e estruturais que são passados à sociedade e nela se impregna, ratificando com a citação a seguir, o autor coloca no texto que elas são abordadas como "dívidas relacionadas às exigências do capital para se valorizar e reproduzir a força de trabalho e com as lutas sociais e crises do capitalismo" (FALEIROS, 1991, p. 08).

O interesse dos órgãos internacionais junto à intervenção do Estado em ajudar "os carentes", ocorre principalmente pela coação econômica e política, ou seja, implantar sua ideologia dominante, para que esta possa estar disfarçada na subjetividade de inclusão, e esse efeito de poder naquela população carente aja para obter a materialidade desejada, especificamente, a força de trabalho muito barata, gera o consentimento para determinado ato.

A forma de apresentação das políticas sociais é ainda mais específica na definição da citação a seguir quando o autor coloca que

[...] As Políticas Sociais são formas de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas para não afetar o processo de exploração capitalista e dentro do processo de hegemonia e contra hegemonia da luta de classes (FALEIROS, 1991,p.80).

Um dos procedimentos para estimular essa luta de classes está fundamentado no salário do trabalhador que é um estímulo à busca por melhorias, desse modo está internalizada nesse trabalhador a luta de sua

classe, a eleição dos seus e dos políticos que eles acreditam que podem representá-los. Com isso, alguns trabalhadores esperam nas promessas e assim seguem em seu caminho através da eleição, sustentando a reprodução daninha de "coronéis" e a sustentação do "cabresto" eleitoral. Através da Constituição foi garantido os Direitos Humanos, porém quando reivindicados pelos trabalhadores e desempregados, tais direitos são negados ou aplicados como se fosse favor a esse grupo carente da sociedade. Desse modo os políticos se favorecem, inserindo a ideia de ajuda individual pelo prestígio que esses dispõem e não de direito adquirido que o desprovido obteve. Interligando a ideia de favor concedido aos carentes à colaboração oferecida aos políticos, Faleiros afirma que "A ideologia da colaboração está ligada à proteção social" (FALEIROS, 1991, p.14).

Este discurso está diretamente ligado ao discurso religioso "É dando que se recebe", a ideia de cooperação. Na política essa colocação traz a intenção de aliados e defensores dos projetos políticos apresentados, nos quais os indivíduos não interferem em suas ideias e práticas, ao contrário, que transforma tais indivíduos em assujeitados ao processo estabelecido.

Em seu artigo *O Estado Brasileiro: Gênese, Crise, Alternativas*, Carlos Nelson Coutinho (2006) aborda uma colocação de Gramsci sobre a distinção entre Oriente e Ocidente, afirmando que o Brasil foi ao mínimo até os anos de 1930, "uma formação político 'oriental', na qual o Estado é tudo e a sociedade civil é primitiva e gelatinosa". Comenta sobre a herança burocrática portuguesa, da nominada independência brasileira que não se desfez com o poder sócio econômico de Portugal, já que o mandatário do Brasil na época era filho de D. João VI, rei de Portugal, que na "Abolição e na Proclamação da República o Brasil já era uma sociedade capitalista, com um Estado burguês" e que na década de 1930 com um movimento "liderado por Getúlio Vargas contribuiu para consolidar definitivamente a transição do Brasil para o capitalismo." E que após o período da ditadura militar aqui no Brasil o primeiro presidente civil foi ex-presidente de um partido que apoiava a ditadura militar. Essas novas formas de organização de produção do capital nos leva a refletir sobre as estratégias nelas existentes, o comando do Estado é retirado de um grupo minoritário, no qual poucos usufruíam as benesses que aquele proporcionava para expandir essa direção a um grupo maior, onde os interesses de expansão capitalista estivessem contemplados. Em outras palavras, a burguesia economicamente dominante dirige e estabelece o que for conveniente para ela. (COUTINHO, 2006, p.173-176)

O mantra de colaboração é bem antigo, vem desde a igreja católica na Idade Média com o seu poder, na qual ela era também parte do Estado e assim como as políticas públicas trazem o seu papel coercitivo lá na Idade Média as encíclicas papais também impunham tal prática.

Faleiros descreve que

As ideias de colaboração de classes de proteção social foram muito defendidas pela Igreja Católica nas encíclicas papais. Leão XIII, em 1891, escreveu uma encíclica, chamada *Rerum Novarum*, em que postula a proteção aos trabalhadores através de certas reformas sociais, como a adoção de um "salário justo", de benefícios sociais e de organizações sindicais. Entre os benefícios sugeridos pelo papa está o repouso dominical.

O papa, ao mesmo tempo, defende intransigentemente a propriedade privada dos meios de produção, aceita a divisão da sociedade entre indefesos e fortes e combate o conceito de luta de classes. Segundo o papa, a proteção ao trabalhador seria uma forma de harmonizar os ricos com os pobres. (FALEIROS, 1991, p. 15-16)

Há uma óbvia contradição nas encíclicas papais, por um lado elas relatam uma aparente preocupação com os seus devotos e por outro não admitem que estes saiam do assujeitamento que elas os impõem. Há uma intencionalidade de manipulação e ordenamento da vontade humana desses devotos indefesos. Se o

domingo será o único dia de repouso e pela cultura católica é dever ir à igreja para agradecer os dias vividos, as graças obtidas, entre outros e pedir o que se deseja, a mente se põem ocupada com tais obrigações, entre tantas outras mais vitais para o único dia de descanso.

Uma passagem de Gramsci em seus *Cadernos do Cárcere (2001)*, no caderno 22: *Americanismo e fordismo*, no qual o autor relata que para sair de um antigo individualismo econômico e para chegar a uma economia programática, consequências fundamentais devem ser atravessadas para esse processo como a manipulação e racionalização das forças subordinadas e a resistência dessas forças. Nesse texto Gramsci (2001) descreve nove problemas que ele julga ser os mais significativos e que quando a leitura é iniciada temos a mesma constatação do autor, pois verificamos a forma cruel e falaciosa que é utilizada para a repressão desses indivíduos.

Segue uma síntese dos nove problemas citados pelo autor: Substituição da camada plutocrática (novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital), Questão sexual (repressão dos instintos), Constituição de uma época histórica (revoluções passivas ou o contrário revolução tipo francesa), Questão da racionalização (classes parasitárias), Estrutura jurídica formal (de onde surgirá o desenvolvimento do aparelho produtivo), Altos salários (pagos pela indústria fordizada), Fordismo (lei tendencial da queda da taxa de lucro), Psicanálise (aumento da coerção moral), Rotary Club e a Maçonaria.

Voltamos ao texto de Faleiros, para determinar os processos que definem as políticas sociais, como o discurso dos países de capitalismo avançado que pregam a igualdade para todos os cidadãos através das políticas sociais, neste caso remetemo-nos ao *Welfare State – Estado do Bem-Estar*, pelo qual o Estado garante ao cidadão sempre de modo limitado a alguns serviços e assistência social mínima para todos. Salientando que esses reduzidos direitos adotados no final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) só 27 anos depois eles foram concedidos, no final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Essa organização sobre as redefinições do Estado de Bem Estar Social e as suas políticas universalizantes que partem dos chamados países centrais, aqueles que detêm o comando das organizações capitalistas é evidenciado que nessa estrutura de comando está gerada a precarização das relações de trabalho, o aumento do desemprego e a regulação da pobreza. Com essa sistemática o leitor percebe que se trata de um processo para regulamentação da sociedade nos padrões apropriados aos interesses do capital.

Voltamos outra vez a Gramsci (2001) sobre um dos nove problemas citados anteriormente, neste caso o da psicanálise, no qual o Estado se utiliza da coação moral sobre os cidadãos e das crises mórbidas que esta determina. Um exemplo óbvio desse problema é o processo pelo qual o cidadão necessitado de auxílio por incapacidade de produção de força de trabalho é submetido, um longo percurso humilhante e burocrático no qual ele se vê envolvido em uma trama de julgamentos de idoneidade, todos esses processos surgidos diante de uma carência da qual ele não foi o elaborador e muito menos o responsável e ainda o antagonismo de sua realidade em uma sociedade compulsivamente competitiva e consumista. Corroboramos que caso ele consiga esse auxílio, será apenas por um período provisório de curtíssima duração.

Com isso constatamos mais uma vez a política dominante capitalista e individualista, na qual o cidadão é responsável por si e que a função do Estado de proteção social para com ele é meramente formalidade.

O mecanismo fiscal do imposto negativo é mais uma comprovação de quem financia os cidadãos carentes é a sociedade produtiva, ali se determina uma renda mínima para a contribuição do Imposto de Renda. O imposto negativo está fundamentado na existência da desigualdade social, na pobreza. É através dele que o Estado também arrecada montantes para os cofres públicos.

Faleiros afirma que "O Estado, aos poucos, foi assumindo uma série de prestações de serviços que acompanham o indivíduo do nascimento à morte" (FALEIROS, 1991, p. 24).

Gallo (2009) em *Fundamentalismo e Educação – A Vila*, aborda o conceito do *biopoder* criado por Foucault

(1977) que é exercido não mais sobre o corpo do indivíduo e sim sobre toda população. Este conceito relata que o soberano tinha o poder de matar seu súdito ou deixá-lo viver. Nos Estados modernos esse conceito é aplicado no controle da vida ou morte desse indivíduo, esse processo se dá de modo muito claro, através das políticas sociais (controle da educação – limites da aprendizagem; saúde – por exemplo: as vacinas; previdência social – as aposentadorias; das leis – pena de morte em alguns Estados etc).

Faleiros (1991) relata que as políticas sociais de assistência são elaboradas de modo distinto em cada país e na Inglaterra apenas 42% da população recebe essas “ajudas sociais”. Essa regulamentação de ativos e não ativos para a produção de mão-de-obra é estabelecida pela necessidade de aumento da produção e lucro do capital, ou seja, somente 58% da população possui esse perfil de trabalhador ativo para o crescimento do capital.

A expressão *laissez-faire* era defendida pelos liberais conservadores para a produção e o comércio sem restrições, a outra expressão *workfare*, sua apologia era sustentada pelos liberais progressistas e pelos trabalhistas, estes eram a favor da manutenção do mercado de trabalho para o atendimento das necessidades. Parafrazeando Mészáros em *Para Além do Capital* (2002), o interesse dos dois grupos de liberais é exclusivamente a aproximação, crescimento e conservação do capital como é atualmente para qualquer outro capitalista.

Por fim, o Estado assume o papel de gerenciador dos problemas sociais, enquanto que os órgãos internacionais governam o Estado através do próprio Estado, ou seja, indicam as regras que convém aos referidos órgãos, determinam a criação do que condiz à manutenção da estrutura econômica para a sustentação e expansão da própria base e consolidam a administração desse Estado com o assujeitamento da sociedade carente das necessidades básicas.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2ª edição, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas, In: LIMA, Júlio C. F. & NEVES, Lúcia M. W. **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

DRAIBE, S.A. **A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reformas** In: DINIZ, E. AZEVEDO S. *Reforma do Estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 5ª edição, 1991.

FERREIRA, Eliza B. & OLIVEIRA, Dalila A. (orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os Circuitos da História e o Balanço da Educação no Brasil na Primeira Década do Século XXI. Conferência de Abertura da XXXIII (ANPED)**. Caxambu, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KRAWCZYK, Nora Rut. & VIEIRA, Vera Lucia. **A reforma educacional na América Latina: uma perspectiva histórico-sociológica**. São Paulo: Xamã, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 1ª edição, 2008.

MARX, Karl Heinrich. **Glosas críticas marginais ao artigo: "O rei da Prússia e a reforma social de um prussiano"**. São Paulo: Expressão Popular, 1ª edição, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade & DUARTE, Adriana. **Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza**. Revista Perspectiva. Florianópolis, vol. 23, nº 02, p. 279-301, jul/dez 2005.

OLIVEIRA, Francisco. (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA, Gallo. VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Fundamentalismo & Educação – A Vila**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

[i] Professora Universitária e da Educação Básica. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação. Email: macedojoana@hotmail.com.

[ii] Professora. Adjunta II da UFAL. Concluiu o Doutorado em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação. Email: elionend@uol.com.br.

[iii] Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, Linha de Pesquisa História e Política da Educação. Membro do Grupo de Pesquisa: Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana. E-mail: janemarinho.s@hotmail.com.